**A REFORMA PSIQUIÁTRICA E A NOVA FORMA DE INSERÇÃO DAS PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS NA SOCIEDADE**

**Taynara da Silva Soares1**

**Janete Pereira Batista2**

**Fabiana Regina da Silva Grossi 3**

A reforma psiquiátrica é considerada um processo histórico de formação crítica e prática, cujo objetivo é questionar e elaborar propostas de mudanças no modelo clássico de psiquiatria. De acordo os autores Vieira et al.,(2018), no Brasil a reforma psiquiátrica surgiu no ano de 1989 com o projeto de lei nº 3.657, proposto pelo deputado Paulo Delgado e só depois de dez anos em tramitação foi sancionada como a lei da Reforma Psiquiátrica, a lei de nº 10.216/2001. O presente trabalho tem como objetivo: analisar os fatores que impulsionaram a reforma psiquiátrica e a nova forma de inserção de indivíduos com transtornos mentais na sociedade. Após leitura minuciosa, foram selecionados três artigos e um documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental em 2005. Foram selecionados os artigos de Vieira et. al. (2018); Amarante e Torre (2018); Maciel et. al. (2009) e Brasil (2005), O método utilizado foi de revisão da literatura, utilizando a base de dados *Scielo*, com o descritor “reforma psiquiátrica e inclusão social”. A escolha dos artigos foi pela relevância no tema e sustenta-se teoricamente em uma pesquisa bibliográfica com recortes de diferentes autores. Conforme os autores, entende-se que a reforma sugeriu uma estratégia de cuidado com a saúde mental a nível comunitário, não apenas com a substituição dos manicômios, mas apresentando um modelo de cuidado com o indivíduo. A reforma psiquiátrica permitiu a ruptura do modelo manicomial e possibilitou a elaboração de ações com o foco na inclusão e relações entre a sociedade e as pessoas com transtornos mentais. Dentro do contexto dessas novas ações, estavam presentes o avanço da psicofarmacologia e a sociedade passou a considerar a importância da socialização dos doentes mentais como método de auxiliar o tratamento. Segundo Vieira et al.,( 2018), a Reforma Psiquiátrica propôs uma estratégia de cuidado em saúde mental de base comunitária, que não é apenas uma rede de serviços que busca substituir o manicômio, mas representa outro paradigma de cuidado: o paradigma psicossocial, que se contrapõe ao paradigma biomédico que se concentra no controle de sintomas e comportamentos, na fragmentação do usuário e na distância entre este e o profissional, já o paradigma psicossocial é voltado para a compreensão do sofrimento da pessoa real, do seu contexto de vida e de suas necessidades concretas, incluindo aquelas psicológicas e subjetivas. Dessa forma, a reforma psiquiátrica rompe com o paradigma de exclusão social vivenciado pelos portadores de transtornos mentais possibilitando a estes o acesso a assistência com enfoque na autonomia do sujeito e a sua participação no processo terapêutico fortalecido pelos vínculos da família e sociedade Assim, é possível afirmar que é possível a inclusão pelo trabalho para as pessoas com transtornos mentais.

**Palavras-chave**: Reforma Psiquiátrica, Inclusão, Transtornos mentais.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1 Acadêmica do curso de psicologia do UNIFAAHF. E-mail: [taynarasoares620@gmail.com](mailto:taynarasoares620@gmail.com)

2Acadêmica do curso de psicologia do UNIFAAHF. E-mail: janetepedagoga4@gmail.com

3Mestre em psicologia da saúde, doutora em psicologia, professora do Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira (UNIFAAHF).

**REFERÊNCIAS:**

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. “De volta à cidade, sr. cidadão!” - reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial.**Rev. Adm. Pública**,  Rio de Janeiro ,  v. 52, n. 6, p. 1090-1107, 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005.

MACIEL, Silvana Carneiro et al . Reforma psiquiátrica e inclusão social: um estudo com familiares de doentes mentais.**Psicol. cienc. prof.**,  Brasília ,  v. 29, n. 3, p. 436-447,    2009.

VIEIRA, Giselli Lucy Souza et al. Concepções de usuários de um CAPS sobre o tratamento e inclusão. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.